



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação escrita

Há dias, o Comissariado de Auditoria divulgou o relatório de auditoria de resultados sobre o “Planeamento e Construção de Edifícios para Instalação de Serviços Públicos”, no qual se revela que, entre 2004 e 2014, 68 serviços públicos gastaram 5030 milhões de patacas com o arrendamento de escritórios e lugares de estacionamento, o que causou fortes protestos da sociedade.

Durante longos anos, 68 serviços públicos nunca tiveram instalações próprias e, de entre os 11 titulares de principais cargos, 6 não têm instalações próprias. Este ritmo de arrendamento transformou o Governo da RAEM num autêntico nómada, pois sempre que as rendas aumentam os serviços são despejados e a Administração tem de destacar pessoal para a procura de novas instalações e, ainda, de realizar concursos públicos e obras de remodelação. Só que tudo isto leva tempo e, entretanto, há que pagar, em simultâneo, as rendas das actuais e das futuras instalações, o que, para além de ser um grande desperdício de recursos financeiros públicos, ainda dificulta a mobilização dos recursos humanos.

A construção atempada de edifícios para a instalação de serviços públicos é consensual quer entre a Administração quer entre a população. Mesmo assim, a Administração nunca aproveitou os quatro lotes das Zonas C e D do Lago Nam Van para este fim, deixando-os antes desertos, e apesar de a Direcção dos Serviços de Finanças ter dirigido, à Direcção dos Serviços de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Solos, Obras Públicas e Transportes, várias propostas para a construção de edifícios para instalação de serviços públicos, esta nunca ligou nenhuma a essas propostas, ainda por cima, alegou que não dispunha de terrenos adequados e acabou por arquivar as propostas. Em 2006, a DSSOPT iniciou estudos sobre o planeamento duma zona para os órgãos políticos e judiciais, mas depois de passados dez anos, ainda nada se viu quanto à construção de edifícios para os órgãos políticos e judiciais.

Pelo exposto, venho interpelar sobre o seguinte:

1. Ao fim de tantos anos ainda nada se viu quanto à construção de edifícios para a instalação de serviços públicos e dos órgãos políticos e judiciais. Porquê? Qual foi o problema? Será que ainda não foi tomada uma decisão? Ou será que foi mas não foi cumprida? Ou será que tal se deve a outras razões subjectivas?

2. Será que a zona dos órgãos políticos e judiciais, a zona E1 dos novos aterros, o terreno onde se situa o silo-auto ao ar livre do Centro de Ciência, os terrenos, provenientes de aterro, nos arredores do Terminal de Pac On, e o projecto do novo Centro de Serviços da RAEM, na Avenida de Venceslau de Moraes, conseguem satisfazer as necessidades dos serviços públicos em termos de instalações próprias?



(Tradução.)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3. A Administração chegou a elaborar algum projecto de construção de instalações, com vista a satisfazer as necessidades dos serviços públicos em termos de instalações próprias? Em caso afirmativo, quantos projectos vão conseguir concluir até ao final deste mandato?

2 de Setembro de 2016.

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Si Ka Lon